



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Relações étnico-raciais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e Políticas Sociais

Profissionais indígenas formados pelas universidades estaduais do norte do Paraná: caracterização e trajetórias

Isabela de Barros Vilas Boas¹

Resumo. A consolidação da modalidade “Educação Escolar Indígena” no Paraná e o número crescente de profissionais indígenas graduados pelas universidades estaduais do Paraná, têm provocado o aumento de professores indígenas candidatos às vagas nas escolas estaduais indígenas. Portanto, o objetivo da pesquisa foi caracterizar o perfil desses profissionais da área da educação egressos das universidades estaduais do norte do Paraná e analisar brevemente suas trajetórias. Foram realizados três momentos: revisão bibliográfica; levantamento documental; e pesquisa de campo através da aplicação de questionários. O resultado foi o perfil dos professores indígenas que potencialmente atuam nas escolas indígenas localizadas nas terras indígenas.

Palavras-chave: Educação escolar indígena; Educação superior indígena; Escola indígena.

Abstract: The consolidation of the “Indigenous School Education” modality in Paraná and the increasing number of indigenous professionals graduated from state universities in Paraná, has led to an increase in indigenous teachers applying for job vacancy in indigenous state schools. Therefore, the objective of the research was to characterize the profile of these education professionals who graduated from state universities in the north of Paraná and briefly analyze their trajectories. There were three moments: bibliographic review; documentary survey; and questionnaire application. The main result was the characterization of the profile of indigenous teachers who potentially work in indigenous schools located in indigenous territories.

Keywords: Indigenous school education; Indigenous higher education; Indigenous school.

¹ Estudante de Serviço Social na Universidade Estadual de Londrina (UEL), bolsista de Iniciação Científica; isabelabvb@outlook.com



1. INTRODUÇÃO

Ainda existem imagens estereotipadas sobre a questão indígena nas relações sociais, mesmo que os povos indígenas tenham sido protagonistas de importantes lutas ao longo da história do Brasil. O desconhecimento da diversidade étnica brasileira leva ao desconhecimento também da influência e importância dos povos originários para o país. Povos estes que já habitavam o território brasileiro desde antes da colonização europeia.

Segundo o Censo IBGE de 2010, há um total de 896.917 pessoas que se autodeclararam indígenas no Brasil, o que representa 0,47% da população total do país. São 724 terras indígenas e 305 povos falantes de 274 línguas². Desde 1990 o número de indígenas segue aumentando e esse crescimento gera uma demanda de escolarização de crianças e jovens indígenas na educação básica.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN de 1996, houve a implementação de atendimento educacional específico por meio da educação escolar indígena e da criação de escolas indígenas no Brasil. Isto resultou num aumento crescente de candidatos ao ingresso na educação superior.

No Paraná, há uma política de ingresso para os povos indígenas do território paranaense nas IES estaduais. É uma política pioneira, mas que foi implementada em 2001, o que torna a presença de indígenas na educação superior pública no estado algo recente. Sendo assim, há um aumento significativo do número de indígenas graduados, potenciais candidatos às vagas de emprego nas suas áreas de formação ou pesquisadores na pós-graduação.

O presente trabalho é resultado de pesquisas realizadas pelo projeto Os Circuitos de Trabalho Indígena na Educação e as Trajetórias dos Profissionais Indígenas, desenvolvido pela Universidade Estadual de Londrina, que tem como objetivo geral:

[...] compreender a emergência e a constituição de circuitos de trabalho indígena na educação e em outras áreas, tendo em vista as trajetórias percorridas pelos profissionais indígenas egressos das universidades estaduais do Paraná, considerando a formação acadêmica recebida, a relação com suas comunidades de pertencimento e as experiências de trabalho por eles desenvolvidas junto às instituições contratantes. (UEL, 2022)

Para a realização da pesquisa, além da revisão bibliográfica e levantamento documental, foram aplicados questionários/formulários via plataforma online. Foram selecionadas três universidades estaduais da região norte do Paraná: UEL, UEL e UENP e o foco foi o universo total de profissionais indígenas da área da educação formados por estas universidades. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é caracterizar o perfil desses

² Cabe destacar a falta de dados em relação às populações indígenas, e de outras etnias, decorrente da não realização do censo demográfico no ano de 2020.



profissionais da área da educação egressos das universidades estaduais do norte do Paraná e analisar brevemente suas trajetórias.

2. O VESTIBULAR DOS POVOS INDÍGENAS DO PARANÁ E POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA NAS UNIVERSIDADES

O Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná foi instituído pela Lei Estadual 13.134 de 18 de abril de 2001, o que o caracteriza como uma política pioneira no Brasil de ingresso de indígenas nas universidades estaduais. A referida lei garantiu a reserva de três vagas em cada universidade estadual paranaense a serem disputadas por indígenas residentes no estado. Em 2006, a Lei Estadual 14.995 aumentou a quantidade de vagas para seis em cada IES.

Foi instituída, também, em 2004 uma política de permanência. O Governo do Paraná definiu o valor mensal de R\$270,00 de bolsa auxílio para os estudantes indígenas matriculados. Esse valor foi aumentado posteriormente em 2006 para R\$350,00. A partir de 2008, o valor total de R\$400,00 passou a ter acréscimo nos casos em que o estudante comprovasse ter filhos ou dependentes; em 2010 o valor foi de R\$633,00 para quem não tivesse filhos e R\$949,50 para aqueles que tivessem filhos. Em 2016, o valor foi fixado em R\$900,00 e acrescido de 50% a quem comprovasse ter filhos ou dependentes, independentemente da quantidade. E em abril de 2022 houve um aumento de 25% nos valores, que passaram para R\$1.125,00 e R\$1.687,00 respectivamente.

Houve ainda a instituição da Comissão Universidade para os Índios (CUIA) que realiza acompanhamento pedagógico dos estudantes, além do planejamento e execução do Vestibular dos Povos Indígenas junto às universidades. Realiza também parceria com outras instituições e desenvolvimento de projetos envolvendo os estudantes indígenas. É composta por representantes das universidades públicas do Paraná e representantes dos estudantes indígenas de cada instituição.

O resultado das políticas e ações voltadas para o ingresso e permanência de indígenas nas universidades estaduais do Paraná, somado ao aumento da oferta de educação escolar indígena é que, no ano de 2020, estas universidades contavam com 221 estudantes indígenas matriculados em sete instituições³. Deste total, 105 homens e 116 mulheres. Eram 62% pertencentes à etnia Kaingang, 36,2% pertencentes à etnia Guarani e 1,8% pertencentes a outras etnias ou não informaram.

Além disso, 52% (115 estudantes) estavam matriculados em cursos de licenciatura, sendo 40,7% (90 estudantes) em cursos presenciais e 11,3% (25 estudantes) na modalidade EAD, sendo esta, até o referido ano, ofertada somente pela UEM. Em outras

³ UEL, UEM, UEPG, UNICENTRO, UNIOESTE, UENP e UNESPAR.



áreas, 24% (53 estudantes) estavam vinculados a cursos da Saúde; 17,2% (38 estudantes) vinculados a cursos das Ciências Sociais Aplicadas; 3,2% (sete estudantes) vinculados ao Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica de Estudantes Indígenas da UEL⁴; e 3,6% (oito estudantes) em outros cursos como Jornalismo, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Química, Engenharia Civil e Teatro.

Há ainda 35 estudantes indígenas que estavam matriculados, em 2020, no curso de Pedagogia Indígena, ofertado pela UNICENTRO desde 2019. Este curso é realizado em regime de alternância na terra indígena Rio das Cobras, ou seja, é um curso presencial.

3. CARACTERIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS INDÍGENAS EGRESSOS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ

O já mencionado projeto de pesquisa “Os circuitos de trabalho indígena na educação e as trajetórias dos profissionais indígenas” desenvolveu, entre outras atividades como revisão e leitura de bibliografia e reuniões, a sistematização e análise de dados sobre os estudantes indígenas matriculados e formados pelas universidades estaduais do Paraná. Esses dados - incluindo os já citados sobre matriculados - são resultado de coleta junto às universidades estaduais paranaenses através da CUIA e produto do trabalho realizado enquanto bolsista de iniciação científica.

Nesse sentido, no que se refere à profissionais indígenas egressos, até 2020 somam-se 101 indígenas formados nas IES estaduais do Paraná. A maioria na área da Educação (63%), seguida pelas Ciências Sociais Aplicadas (16,83%), Saúde (13,86%) e 5,94% em outras áreas. O curso com mais profissionais formados é Pedagogia, com 44 profissionais no total, 43,56% de todos os egressos até o ano de 2020. Dos 101 formados até 2020, 65,3% eram mulheres e 34,7% homens. A maioria dos egressos era constituída por mulheres Kaingang, que, ao todo, eram 40,6%. Em ordem decrescente, as universidades que formaram mais indígenas foram UEM (24 formados), UNICENTRO (22 formados), UEL e UENP (18 em cada), UEPG (12 formados), UNIOESTE (sete formados) e UNESPAR ainda não contava com concluintes (CUIA, 2019).

Esses egressos assumem postos de trabalho que são comumente ocupados por profissionais não indígenas. Médicos, dentistas, enfermeiros, assistentes sociais,

⁴ Segundo Guerra, Amaral e Ota (2016) o Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica dos Estudantes Indígenas da UEL foi instituído pela Resolução CEPE/CA nº 133/2013. O objetivo é colaborar para a permanência dos estudantes indígenas e qualificar sua formação acadêmica através de atividades interdisciplinares que antecedem a matrícula no curso pretendido. As atividades são desenvolvidas no período de um ano após a aprovação no Vestibular Indígena, e o estudante indígena deve alcançar os objetivos presentes na proposta pedagógica do programa. O processo de avaliação é processual e diagnóstico, o qual conta com a participação e reflexão do estudante, que deve atingir, no mínimo, 75% de presença. Após o curso, o estudante poderá se matricular no curso de graduação pretendido, que será uma das pautas de debate durante o Ciclo, para que a escolha seja amadurecida, evitando, assim, a transferência de curso ou possível desistência. (PIRES; AMARAL; KUBOYAMA, 2018)



professores, pedagogos, entre outros passam a atuar nesses campos ocupacionais e, com isso, podem reconhecer e conquistar o espaço acadêmico e os novos espaços e postos de trabalho que para eles se abrem. Espaços estes que são ocupados por indígenas, partindo de uma perspectiva étnica, sendo protagonistas da própria história e não mais tutelados. (AMARAL, RODRIGUES e BILAR, 2014, p. 135)

Sendo assim, os percursos feitos pelos indígenas a partir do seu egresso na universidade em que se formou até suas experiências profissionais são o que constituem os chamados circuitos de trabalho indígena (AMARAL, 2010). Tais circuitos se caracterizam por todas as experiências de trabalho e postos de trabalho ocupados por esses egressos; seja dentro de sua terra indígena de pertencimento ou outra, ou mesmo fora delas; se fizeram outros cursos de graduação e/ou pós graduação; quais as dificuldades e possibilidades apresentadas nesse percurso enquanto profissional indígena; enfim, o conjunto de ações vivenciadas pelos indígenas na vida profissional ao se formar em uma universidade.

Isto posto, com o objetivo de caracterizar o perfil desses profissionais e analisar suas trajetórias, foram enviados formulários online a todos os indígenas formados por todas as universidades estaduais do Paraná até o ano de 2020. A busca ativa realizada resultou em 91 participantes - cerca de 90% dos egressos. Desde então, o projeto de pesquisa “Os circuitos de trabalho indígena na educação e as trajetórias dos profissionais indígenas” tem se empenhado na sistematização e análise dos dados coletados, que são de caráter quantitativo e qualitativo. As questões abordavam desde o percurso desses profissionais na universidade até as trajetórias perpassadas após sua formação.

As respostas à questão referente à terra indígena de pertencimento apontam que a maior parte dos formados pertencem à Terra Indígena Mangueirinha, com 24 formados, seguida da Terra Indígena Laranjinha, com 13, e Terra Indígena Pinhalzinho, com 11. Ao todo, foram mencionadas 15 terras indígenas. Mais da metade reside na terra indígena, representando 63,7%.

A idade desses formados varia de 22 a 64 anos, mas a maioria tem de 31 a 35 anos, sendo 25,3% do total. Além disso, a maior parte tem filhos, representando 84,4%. Também a maioria é casada ou mantém união estável, somando 62,6%. Entre os que são casados ou estão em união estável, 63,5% responderam que o/a cônjuge possui pertencimento indígena.

Em relação ao percurso na graduação, 16,5% realizaram reopção de curso e 22% transferência de universidade. Dos 18 ingressantes na área da Saúde, 13 concluíram nesta área, o que indica ser a área com o maior número de reopção de curso para outras áreas, visto que a Educação, Ciências Sociais Aplicadas e outras, tiveram aumento na quantidade de concluintes em relação aos ingressantes. Apesar de haverem registros de formados



desde o ano de 2005, no período entre 2016 a 2020 houve um aumento significativo neste número, pois esse período corresponde a 53,8% do total de formados que responderam ao questionário.

No que diz respeito à moradia durante os estudos, 50,5% moravam na cidade, 36,3% na terra indígena e 12,1% na terra indígena e na cidade. Levando em consideração as universidades separadamente, a maior parte dos estudantes da UEL, UEM, UEPG e UNIOESTE, moraram na cidade em algum momento da graduação, enquanto a maior parte dos estudantes da UENP e UNICENTRO moraram na terra indígena.

Os dados sobre fonte de renda durante os estudos mostram que mais da metade tinha como fonte de renda apenas o Auxílio Permanência já citado anteriormente. O restante tinha também trabalhos diversos, trabalho na escola, estágio remunerado, participação em projetos de pesquisa/extensão com bolsa, ajuda familiar ou bolsa família como parte da renda.

Outra questão abordada no questionário é sobre a participação ou não em projetos de pesquisa/extensão durante a graduação e 53,8% responderam que participaram. As universidades com maior quantidade de formados que participaram de projetos foram a UEL, com 88,2%, seguida pela UEM com 76,2%, a UEPG com 58,3% e a UNIOESTE com 57,1%.

Após a graduação, 46,2% realizou pós-graduação sendo desses: 77,5% especialização, 12,5% mestrado, 7,5% especialização e mestrado, e 2,5% mestrado e doutorado. Há ainda uma parcela de 11% que realizou outro curso de graduação sendo que oito foram especificados como cursos da área da educação. No momento da aplicação do questionário, 83,5% dos formados encontravam-se empregados.

4. PROFESSORES INDÍGENAS EGRESSOS DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA REGIÃO NORTE DO PARANÁ

A luta por uma educação escolar indígena diferenciada e histórica nos movimentos indígenas no Brasil, portanto, os dados de matriculados e egressos das universidades estaduais do Paraná apontam que os cursos da área da educação estão entre as principais opções dos estudantes indígenas do estado. De acordo com Amaral (2015), a década de 1990 foi decisiva para a Educação Escolar Indígena no país, pois no ano de 1990 as atribuições da oferta da educação escolar para os povos indígenas foram transferidas da FUNAI para o Ministério da Educação. Em 1991 foi criado o Comitê Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI) e os Núcleos de Educação Indígena nas Secretarias Estaduais de Educação.



A LDBEN de 1996 reconheceu a Educação Escolar Indígena como modalidade educacional específica da política de educação básica. Posteriormente surgiram outros documentos que orientam e normatizam as escolas indígenas no país, com destaque: o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) publicado pelo MEC em 1998; as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena de 1999, atualizada em 2012; e as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas de 1999, ambas publicadas pelo Conselho Nacional da Educação; e também um capítulo específico no Plano Nacional da Educação (PNE) de 2000 (AMARAL, 2015).

A nível nacional, os documentos do Conselho Nacional de Educação criaram a categoria “escola indígena” no Brasil. A nível estadual, no Paraná, a Educação Escolar Indígena foi reconhecida e orientada pela Deliberação 009/2002, do Conselho Estadual de Educação e pela Resolução SEED 2075 - 23 de maio de 2008. A Deliberação 009/2002 “dispõe sobre criação e funcionamento da Escola Indígena, autorização e reconhecimento de cursos, no âmbito da Educação Básica no Estado do Paraná e dá outras providências”; e a Resolução SEED 2075 “dispõe sobre a organização e o funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado do Paraná”, que inclui a estadualização da Educação Escolar Indígena no Estado e centraliza na SEED sua oferta.

Nesse contexto, no Paraná também foram criados cursos de magistério indígena para a formação de professores indígenas voltados à alfabetização e primeiro segmento do ensino fundamental nas terras indígenas, mas foi no ano de 2006 que as mudanças foram mais significativas. No referido ano foi instituído o primeiro Processo de Seleção Simplificada (PSS) específico para professores indígenas no Paraná. Assim, aumenta a necessidade de indígenas formados em diversos cursos da área da educação para atuarem nas Escolas Estaduais Indígenas.

De acordo com o material do primeiro encontro da Equipe Multidisciplinar de 2019⁵, há no Paraná 39 escolas estaduais indígenas, que ofertam desde o ensino fundamental até o médio com aproximadamente 5000 matrículas. Destas escolas, 18 são da etnia Guarani, 19 da etnia Kaingang, uma das etnias Guarani/Kaingang/Xetá e uma Guarani/Kaingang. Para trabalharem nessas escolas, os professores participam do PSS e precisam de uma Carta de Anuência, que é emitida pelos Caciques e Lideranças da terra indígena onde está

⁵ De acordo com Paraná (2021), as Equipes Multidisciplinares “são instâncias do trabalho escolar oficialmente legitimadas pelo Artigo 26A da LDB, Lei n.º 9394/96, pela Deliberação n.º 04/06 CEE/PR, pela Instrução n.º 017/06 Sued/Seed, pela Resolução n.º 3399/10 Sued/Seed e a Instrução n.º 010/10 Sued/Seed”. Nesses espaços são planejadas e realizadas ações pedagógicas que fortaleçam a implementação das Leis n.º 10.639/03 e 11.645/08 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. As Equipes Multidisciplinares têm como prerrogativa “articular os segmentos profissionais da educação, instâncias colegiadas e comunidade escolar”. O documento utilizado é parte do material da formação continuada para os integrantes das equipes do ano de 2019, que tinha como tema “Abordagens e aspectos sociais e pedagógicos sobre a presença indígena e negra do Paraná”.



a escola. Portanto, a escola se constitui como um potencial local de empregabilidade, sendo um dos pontos dos circuitos de trabalho indígena (AMARAL, 2010).

Um ponto que merece destaque é o número significativo de pedagogos indígenas graduados pelas universidades estaduais do Paraná. Segundo dados da CUIA Estadual, eram 44 graduados em Pedagogia até 2020 e mais 60 que estavam matriculados e cursando, sendo 44 na modalidade presencial e 16 na EAD. Comparado a outras licenciaturas e outras áreas profissionais é um número ainda mais expressivo.

A formação nos cursos de pedagogia pode atender à demanda destes profissionais nas 39 escolas estaduais indígenas, visto que, de acordo com Paraná (2019), os profissionais vinculados às escolas indígenas do Paraná são: 252 professores indígenas, 452 professores não indígenas, 76 pedagogos, 136 agentes educacionais I e 75 agentes educacionais II⁶. Portanto, tendo em vista a expansão da oferta do 2º segmento do ensino fundamental (6º ao 9º ano), do ensino médio nas terras indígenas e as vagas ainda ocupadas por não indígenas nas escolas, torna-se fundamental a ampliação da formação de professores indígenas em diferentes licenciaturas (AMARAL, 2015).

Sendo assim, foi realizado um recorte nos questionários aplicados, com o objetivo de analisar apenas os indígenas formados na área da educação pelas universidades estaduais do norte do Paraná – UEL, UEM e UENP. Dos 35 selecionados, 18 são da etnia Guarani e 17 Kaingang. 27 residem na terra indígena. Têm idade entre 22 e 64 anos, mas a maior parte tem entre 26 e 45 anos. A maioria é casada ou está em união estável (66%) e, destes, 67% disseram que o/a cônjuge possui pertencimento indígena. Além disso, 89% têm filhos.

Sobre as trajetórias na universidade, dois ingressaram na UEPG e transferiram para uma das três estaduais do norte do Paraná, e dois dos ingressantes da UEL formaram-se na UEM ou UENP, ou seja, houve, no mínimo, quatro transferências de instituição. Houve ainda reopção de curso, pois desses formados na área da educação, dois ingressaram no curso de enfermagem, um em jornalismo e um em agronomia.

As motivações para transferência de universidade ou reopção de curso foram diversas, porém há alguns pontos em comum em várias das respostas. O principal foram aspectos relacionados ao acompanhamento da CUIA local pela universidade, a falta de assistência aos universitários e dificuldades relacionadas ao curso escolhido. Um dos aspectos mais mencionados foi a distância entre universidade e terra indígena, o que impedia o estudante de estar na terra indígena no período de estudo, ou causava dificuldades de deslocamento. Houve também relatos de transferências para cursos EAD e renda insuficiente pelo valor do Auxílio Permanência.

⁶ Não há dados sistematizados que especifiquem a quantidade de pedagogos indígenas e não indígenas. O mesmo com os agentes educacionais I e II. Também não foram encontrados dados sobre a quantidade de diretores indígenas nas escolas.



Destes formados, quando estudantes, 46% moraram na Terra Indígena, 40% na cidade e 14% moraram na terra indígena e na cidade, tendo como principal fonte de renda o auxílio permanência, que aparece como única fonte de renda em 60% das respostas. A maioria dos que trabalhavam durante os estudos (14 deles) estavam na área da Educação, seja como professor PSS, auxiliar de professor, ou merendeira. Dois realizavam estágio remunerado, dois trabalhavam na FUNAI e quatro realizavam outros tipos de trabalho.

No que diz respeito à participação em projetos de pesquisa/extensão, 51% afirmaram que não participaram de projetos e a mesma porcentagem realizou algum curso de pós-graduação. Destes, 14 realizaram especialização, dois fizeram mestrado, dois especialização e mestrado, e um mestrado e doutorado. Além disso, três dos formados informaram que realizaram outro curso de graduação sendo: história, artes visuais e pedagogia.

Os cursos que mais formaram, em ordem decrescente, foram: Pedagogia (19); Geografia e Letras (4 em cada); Ciências Biológicas, Educação Física e História (2 em cada); e Artes Visuais e Ciências Sociais (1 em cada). UEM e UENP formaram 30 desses egressos da área da educação, sendo 15 na UEM e 15 na UENP, e UEL formou cinco. A maior parte destes formados estão hoje empregados, somando 83%.

Questionamos ainda sobre as principais dificuldades que tiveram durante a graduação. As maiores dificuldades estão relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem diretamente; deslocamento da terra indígena para a universidade; preconceito; dificuldades financeiras; dificuldades com tecnologias; adaptação e interação; fala e escrita; e falta de apoio dos professores/instituição.

Nesse sentido, 14 mencionaram dificuldades nas aulas, apresentações de trabalho, textos e conceitos acadêmicos; 13 citaram o deslocamento ou a moradia na cidade como dificultadores; 7 afirmaram ter sofrido preconceito na universidade; 7 afirmaram dificuldades financeiras durante a graduação; 7 disseram ter problemas de internet e/ou não ter habilidade em informática; 6 apontaram a dificuldade de adaptação ou interação com o ambiente e colegas; 6 tiveram dificuldade com a língua portuguesa, sendo falantes ou não da língua indígena; e quatro relataram falta de apoio dos professores, da instituição e/ou da CUIA local.

Depois de formados, 29 desses sujeitos trabalharam e/ou trabalham na área da educação, três em Prefeituras Municipais, e dois na FUNAI. A maior parte no cargo de professor, mas também há pedagogos, diretores, auxiliares de direção, merendeiras, monitores bilíngues e coordenadores pedagógicos. O vínculo PSS apareceu em 28 respostas, além de 3 celetistas, 3 estatutários, 1 contrato temporário e 1 estágio remunerado.



Onze sujeitos afirmaram ter ocupado algum cargo de chefia, coordenação ou gerência na instituição e 28 afirmaram que o trabalho desenvolvido está ou estava relacionado à temática indígena. Também 28 desenvolveram trabalhos na terra indígena. Os municípios que mais empregaram esses profissionais foram: São Jerônimo da Serra (11), Tomazina (6), Santa Amélia (4) e Tamarana (4).

O questionário apresentou também espaço para que os sujeitos da pesquisa pudessem responder quais as principais dificuldades e possibilidades existentes em suas trajetórias como profissionais indígenas. Acerca das dificuldades, os principais aspectos estão ligados à escola indígena; questões políticas da comunidade; a instabilidade no vínculo de trabalho; a invisibilidade da educação escolar indígena para as políticas na área da educação; questões que envolvem o ensino na escola indígena; a dificuldade com o português; e a precariedade na formação.

As respostas indicam a falta de materiais pedagógicos que auxiliem o trabalho dos professores nas escolas indígenas, a efetivação da autonomia na criação dos currículos e projetos político-pedagógicos, a estrutura do espaço, os conflitos internos entre equipe pedagógica e professores, além da dificuldade de, em alguns casos, ter um/a não-indígena como diretor/a da escola.

As questões políticas envolvem perseguição do profissional por outros grupos da própria terra indígena, a escolha dos profissionais que receberão a anuência do cacique, entre outros conflitos não especificados, mas que foram indicados por 6 dos sujeitos.

Sobre a instabilidade, um dos principais aspectos é o fato de que os contratos PSS são temporários, não garantindo estabilidade para os profissionais. Geralmente, os contratos têm início em fevereiro/março e encerram em dezembro, juntamente com o ano letivo, ou seja, não há remuneração para os primeiros meses do ano. Além disso, os profissionais indígenas atuam, em sua maioria, dentro das terras indígenas, o que acarreta uma disputa pelas vagas onde existem menos vagas do que profissionais aptos para atuar.

Outro aspecto relevante indicado pelas respostas ao questionário é não haver uma política de educação específica para as escolas indígenas⁷. Isso acarreta certa invisibilidade deste segmento, pois não há cursos de formação que atendam às necessidades destas escolas, considerando que há uma luta por uma educação escolar indígena diferenciada. Este ponto se relaciona com outro desafio apontado nas respostas, que envolve estar atualizado, mas sem esquecer que está em uma terra indígena, e contribuir para a formação de estudantes que saibam criticar e analisar o mundo. Em outras palavras, construir uma educação escolar indígena diferenciada, bilíngue e intercultural. Apresentam-se como

⁷ Ressaltamos que existe uma política, visto que há documentos oficiais, seleção específica para professores, escolas indígenas nas aldeias, mas há também uma fragilidade na política de EEI no Paraná e na região estudada.



demandas uma universidade que forme indígenas para trabalharem nos seus territórios e um concurso específico para professores indígenas em suas escolas.

Acerca das possibilidades são indicados: a construção de uma educação escolar indígena de qualidade; ajudar ou dar retorno dos seus estudos para sua comunidade; o reconhecimento pelos outros indígenas; e a maior facilidade de comunicação com os alunos e pais de alunos.

5. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O principal resultado da presente pesquisa foi a caracterização do perfil dos professores indígenas que potencialmente atuam nas escolas indígenas do norte do Paraná. Estes profissionais são, em sua maioria, formados em Pedagogia, residem na terra indígena, realizam trabalhos relacionados à temática indígena, têm entre 26 e 45 anos, são casados e/ou estão em união estável e têm filhos. Boa parte já trabalhava na área da educação antes mesmo de se formar e segue trabalhando como professor temporário com vínculo PSS. Além disso, são sujeitos dos conflitos internos nas terras indígenas.

A pesquisa conclui ainda que a maior parte desses egressos estão empregados, porém apontam diversas dificuldades para o exercício profissional. Essas dificuldades estão relacionadas à instabilidade do contrato como PSS, que sofreu modificações recentemente; e aos conflitos internos nas terras indígenas, que influenciam diretamente na contratação ou não desses profissionais nas escolas indígenas.

Chamam atenção alguns aspectos apresentados tanto como desafios quanto como possibilidades. É o caso da contribuição para uma educação indígena bilíngue, intercultural, específica e diferenciada nas terras indígenas. Também o retorno para a terra indígena com seus conhecimentos adquiridos na universidade e, conseqüentemente, o seu reconhecimento pelas lideranças da terra indígena.

Conclui-se, ainda, que há a necessidade de maiores estudos sobre esses circuitos de trabalho indígena na educação, sobre os conflitos internos que perpassam a contratação ou não desses profissionais, e as compreensões de outros sujeitos envolvidos na contratação, como caciques, lideranças e gestores dessa área na Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto do. A educação escolar indígena como direito na agenda educacional paranaense e brasileira. In: SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; DIAS, Lucimar Rosa; TRIGO, Rosa Amália Espejo (org.). **Educação e diversidade**: justiça social, inclusão e direitos humanos. Curitiba: Appris Ltda, 2015. p. 135-162.



AMARAL, Wagner Roberto do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2010. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

AMARAL, Wagner Roberto do. Indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos, trajetórias e pertencimentos. In: AMARAL, Wagner Roberto; FRAGA, Letícia; RODRIGUES, Isabel Cristina (org.). **Universidade para indígenas: a experiência do paraná**. Rio de Janeiro: Flacso/lpp-Uerj, 2016. p. 105-120.

AMARAL, Wagner Roberto do; RODRIGUES, Michelle Aparecida; BILAR, Jenifer Araujo Barroso. Os Circuitos de Trabalho Indígena: possibilidades e desafios para acadêmicos e profissionais kaingang na gestão das políticas públicas. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 129, 30 dez. 2014. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2014v19n2p129>.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Quem São**. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>. Acesso em: 09 set. 2021.

COMISSÃO Universidade Para os Índios (CUIA). Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/?content=divisao-politicas-graduacao/cuia/apresentacao.html>. Acesso em: 08 mar 2022.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Deliberação nº 009, de 2002. Dispõe sobre criação e funcionamento da Escola Indígena, autorização e reconhecimento de cursos, no âmbito da Educação Básica no Estado do Paraná e dá outras providências. Sala Pe. José de Anchieta, Paraná.

CUIA ESTADUAL. **Relatório do Vestibular dos Povos Indígenas**. Paraná, mar. 2020. Disponível em: http://www.seti.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/relatorio_vestibular_indigena.pdf. Acesso em: 03 mar 2022.

GUERRA, Maria José; AMARAL, Wagner Roberto do; OTA, Maria Inês Nobre. A experiência do Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica dos Estudantes Indígenas na UEL. In: AMARAL, Wagner Roberto do; FRAGA, Letícia; RODRIGUES, Isabel Cristina (org.). **Universidade para indígenas: a experiência do paraná**. Rio de Janeiro: Flacso/lpp-Uerj, 2016. p. 137-155.

LABORATÓRIO de Educação do Campo e Indígena. Disponível em: <https://sites.unicentro.br/wp/educacaodocampo/category/pedagogiaindigena/>. Acesso em: 08 mar. 2022.

LUCIANO, G. J. S.; AMARAL, W. R. **Povos indígenas e educação superior no Brasil e no Paraná: desafios e perspectivas**. Integración y Conocimiento: Córdoba, v.2, n.10, p.13-37, 2021. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/34069>

PARANÁ. **Curso Equipe Multidisciplinar 2019**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1487>. Acesso em: 08 set. 2022.

PARANÁ. **Equipes Multidisciplinares**. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=560>. Acesso em: 08 mar 2022.



PARANÁ, Governo do Estado do. **Abordagens e aspectos sociais e pedagógicos sobre a presença indígena e negra no Paraná: anexo 1 - educação escolar indígena no paraná.** [S.L.]: Educa Play, 2019. (EQUIPE MULTIDISCIPLINAR). Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/equipesmultidisciplinares/2019/encontro1/anexo1_em2019.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. Resolução nº 2075, de 23 de maio de 2008. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. SEED, Paraná.

PIRES, Magna Natalia Marin; AMARAL, Wagner Roberto do; KUBOYAMA, Jean Carlos Alves da Silva. **O Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica em uma Universidade Estadual do Paraná: o fortalecimento dos indígenas na educação superior em uma experiência com a educação matemática.** Zetetike, [S.L.], v. 26, n. 1, p. 240-257, 27 abr. 2018. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/zet.v26i1.8650891>.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. **Quem são?** Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o. Acesso em: 03 mar 2022.

Universidade Estadual de Londrina. **Projeto 11640: Os circuitos de trabalho indígena na educação e as trajetórias dos profissionais indígenas.** Disponível em: https://www.sistemasweb.uel.br/system/prj/pes/pdf/pes_pesquisa_11640.pdf. Acesso em: 08 mar. 2022.